



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADAS NOS DIAS 20 E 21 DE AGOSTO DE 2015

No dia 20 e 21 de agosto de 2015 realizou-se a 8ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, na Sala Plenária do 10º andar da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em Brasília/DF, com os seguintes pontos de pauta: aprovação da ata da 7ª Reunião Ordinária, informes da Comissão Organizadora da 12ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, informe sobre o Fórum Dialoga Brasil, apresentação das Relatorias em Direitos Humanos da Plataforma Dhesca Brasil, leitura e análise do Relatório da UHE Belo Monte, análise e votação da proposta de resolução que dispõe sobre o processamento de representações ou denúncias ao CNDH, análise e votação da proposta de resolução que dispõe sobre o processo apuratório de condutas e situações contrárias aos direitos humanos e aplicação de sanções no âmbito do CNDH, encaminhamentos relativos ao tema da CPI “Violência contra a juventude negra e pobre”, apresentação e discussão da proposta de parceria entre o CNMP e o CNDH para elaboração e aplicação da “Pesquisa da percepção dos Jovens sobre Direitos Humanos”, debate sobre a construção do Planejamento Estratégico do CNDH, debate e construção das Comissões e GT’s do CNDH. Estiveram presentes na reunião os conselheiros **representantes da sociedade civil**: **Ivana Farina Navarrete Pena** (Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG, titular); **Cristian Trindade Ribas** (Coletivo Nacional de Juventude Negra - ENEGRECER, titular); **Everaldo Bezerra Patriota** (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB); **Carlos Magno Silva Fonseca** (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT); **Adelar Cupsinski** (Conselho Indigenista Missionário - CIMI, titular); **Leonildo José Monteiro Filho** (Movimento Nacional da População de Rua - MNPR, titular); **Darci Frigo** (Plataforma Dhesca-Brasil); **Maria Dirlene Trindade Marques** (Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, RNFS, titular); **Vera Paiva** (Conselho Federal de Psicologia – CFP, titular); **Maria Madalena Nobre** (Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down - FBASD, suplente); **Helena Martins do Rego Barreto** (Intervozes); e **Melisanda Trentin** (Justiça Global, suplente). Como conselheiros **representantes do Poder Público estiveram presentes**: o **Ministro Pepe Vargas** (SDH) **Pedro Saldanha** (Ministério das Relações Exteriores – MRE, suplente); **Claudionor Barros Leitão** (Defensoria Pública da União – DPU, suplente); **Paulo Roberto Maldos** (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, suplente); **Aurélio Rios** (Procuradoria Geral da República, suplente); **Gabriel Sampaio** (Ministério da Justiça, titular); **Adalton Almeida Martins** (Polícia Federal, titular); **Silvana Abramo** (Conselho Nacional de Justiça - CNJ, suplente). Estiveram presentes pela **Coordenação do CNDH**: **Maria Gutenara Martins Araújo** (Coordenadora-Geral do CNDH); **Cristiane de Castro da Cruz** (assessora do CNDH); **Cláudio Picanço Magalhães** (assessor do CNDH). A reunião contou também com a presença dos **Participantes**: **Cledisson Junior** (futuro Coordenador-Geral do CNDH);



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

40 **Ângela Ramos** (SNJ); **Lindivaldo Júnior** (SEPPIR); **Leandro Scalabrin** (MAB);
 41 **Alcir Teixeira** (MPF); **Luana Natuelle Basílio** (Plataforma Dhesca); **Igor Valois**
 42 (PFDC/MPF); **João Akira Omoto** (MPF); **Mauro Souza** (MME); **Poliana Marcolino**
 43 (CEPAC/MP); **Rita Alves Silva** (MME), **Ricardo Ribeiro** (MME); **Leonardo Póvoa**
 44 (MME); **Priscila Gonçalves** (CNDH). Dando início à 8ª Reunião Ordinária, o
 45 Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)**, saudou a todas e a todos e
 46 colocou para a discussão o primeiro ponto de pauta que trata da aprovação da ata da 7ª
 47 Reunião Ordinária do CNDH. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** disse que a ata
 48 cabia uma observação na alínea 285, uma vez que não teria ficado claro no texto de sua
 49 intervenção que se tratava de uma cobrança ao Ministério da Justiça para que este abra
 50 um espaço de diálogo em relação à questão indígena, assim como vem fazendo a
 51 FUNAI, a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria Geral. Disse que esse diálogo
 52 se faz mais urgente por conta da Agenda Brasil, onde os direitos indígenas estarão
 53 novamente em pauta. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)**
 54 lembrou que a FUNAI está na estrutura do Ministério da Justiça, e que de certa forma,
 55 está incluído o órgão do Ministério da Justiça responsável pelo diálogo com a questão
 56 indígena. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA-BRASIL)** solicitou a correção dos
 57 participantes presentes na ata, pois estava ausente e estaria na lista como presente. A
 58 conselheira **Maria Dirlene Marques (RNFS)** reconheceu a dificuldade na elaboração
 59 de uma ata resumida e que contemple o amplo debate que aconteceu, mas que da forma
 60 como se encontra, a ata não reflete o que foi a discussão sobre Belo Monte, nem o que
 61 foi exposto pelos presentes. Apresentou a proposta de mandar uma sugestão de
 62 mudança de texto para uma avaliação do Conselho, a ser aprovada na próxima reunião.
 63 A proposta foi acatada. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH)**
 64 colocou em plenária a apresentação dos informes. O conselheiro **Cristian Ribas**
 65 **(ENEGRECER)** apresentou as últimas informações sobre a Comissão Organizadora da
 66 12ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos. Informou que o Regulamento da
 67 Conferência já havia passado pelo setor jurídico e que estaria praticamente pronto,
 68 devendo ser publicado na semana seguinte. A conselheira **Helena Barreto**
 69 **(INTERVOZES)** pediu informações sobre a situação da mobilização da conferência.
 70 Colocou como exemplo, o Estado do Ceará, onde o Conselho Estadual dos Direitos
 71 Humanos tem cobrado o debate com os estados. Disse que tem conhecimento sobre o
 72 edital para os mobilizadores locais e questionou de que forma os conselheiros poderão
 73 contribuir. A Coordenadora-Geral **Maria Gutenara (CNDH-SDH/PR)** disse que a
 74 publicação do Regulamento será o ponto de partida para a mobilização da Conferência.
 75 Aliado ao Regulamento, já teria sido publicado as diretrizes gerais pelo Comitê
 76 Executivo das Conferências. Informou que a próxima reunião da Comissão
 77 Organizadora que ocorrerá antes da próxima reunião ordinária irá propor uma estratégia
 78 de mobilização, que envolverá os conselheiros do CNDH. O conselheiro **Cristian**
 79 **Ribas (ENEGRECER)** informou que em alguns estados e municípios as conferências
 80 já aconteceram. Disse que em Tocantins já aconteceram duas conferências regionais.
 81 Disse que com a publicação do Regulamento será mais fácil partir para o
 82 monitoramento das Conferências. Sugeriu que seria possível a participação dos
 83 conselheiros nas comissões da Conferência Nacional: Comissão de Sistematização e
 84 Metodologia, Comissão de articulação e mobilização e Comissão de Comunicação. Em
 85 seguida, o Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** passou para o



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

86 próximo informe que trata sobre a participação das conselheiras e dos conselheiros no
87 Fórum Dialoga Brasil. A conselheira **Maria Madalena (FBASD)** disse que o Fórum
88 aconteceu em duas etapas, sendo a primeira em abril e a segunda em julho. No dia 27
89 houve uma abertura geral e uma plenária para a apresentação do relatório como sendo a
90 devolutiva do fórum do mês de abril, onde se apresentou a consolidação dos eixos, as
91 diretrizes estratégicas e as contribuições nacionais e regionais que foram incorporadas.
92 O objetivo do fórum foi definir estratégias para o Plano Plurianual - PPA. No dia 28 de
93 julho foi apresentada a estrutura do PPA em toda dimensão estratégica e os programas
94 temáticos, apresentando também o cronograma das etapas. Os conselheiros do CNDH,
95 Cristian, Dirlene, Carlos Magno, Leonildo e Madalena participaram de três grupos
96 temáticos. Segundo a conselheira, o Ministro da Secretaria Geral disse ser muito
97 importante que os conselheiros possam dominar a questão do orçamento para o
98 monitoramento das políticas públicas. Colocou que existem 43 conselhos nacionais que
99 atuam na participação social no Brasil e que devem promover o monitoramento das
100 políticas. O Ministro da Secretaria Geral também solicitou no evento a divulgação do
101 Dialoga Brasil que é uma plataforma digital para o recebimento de propostas pela
102 população, lançada no dia 28 de julho. A conselheira **Maria Dirlene Marques (RNFS)**
103 complementou que o Fórum discutiu os aspectos sociais, e que não foram tratadas as
104 questões dos recursos. Então não houve a discussão da distribuição do orçamento, não
105 se discutiu o quanto se paga para a dívida e o quanto se destina ao setor social, quanto
106 vai para a educação ou quanto vai para saúde, por exemplo. O conselheiro **Carlos**
107 **Magno (ABGLT)** complementou que o lançamento da plataforma Dialoga Brasil é
108 fundamental e que todos precisam dar uma visibilidade maior para esse instrumento de
109 participação, pois é uma possibilidade da sociedade ter algumas ações nas políticas do
110 governo. Explicou que a participação da sociedade em determinada política gera no
111 sistema uma obrigação do governo em responder àquela demanda. Foram incluídos dois
112 informes: o caso Zé Maria do Tomé e o caso da Chacina em Osasco e Barueri. A Vice-
113 presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPB)** fez um breve histórico do caso Zé Maria
114 do Tomé que trata do caso de um defensor dos direitos humanos executado. O
115 assassinato ocorreu em Limoeiro do Norte, no Ceará, em 2010 e é acompanhado pelo
116 Conselho há cinco anos. Zé Maria do Tomé era um líder comunitário ambientalista que
117 fez a denúncia dos impactos da pulverização aérea de produtos químicos em plantações,
118 para a população local. Falou que o ambientalista se tornou então alvo dos empresários
119 do agronegócio. De acordo com a denúncia, o dono da empresa Fruta Cor, que é uma
120 grande exportadora de frutas do Brasil, figura como o mandante. O então CDDPH
121 acompanhou por esses cinco anos às audiências realizadas, pediu ao Tribunal de Justiça
122 do Ceará e a juíza da causa para a designação de audiência. Informou que, acompanhada
123 do então conselheiro Doutor Percílio, já estiveram no Fórum, que foi cercado por
124 seguranças do mandante. Por fim, informou que a juíza do caso decidiu pela pronúncia
125 de todos os acusados. Falou que o desafio será a manutenção dessa decisão e pronúncia
126 do Tribunal de Justiça do Ceará. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** informou que
127 o Tribunal de Justiça do Ceará vive uma grande crise atualmente, por conta da denúncia
128 de compras de habeas corpus por traficantes que estavam sendo transferidos para o
129 Ceará. Disse que o Desembargador que cobrava por essas liminares está afastado pelo
130 CNJ, mas que ainda existem vários agentes dessa máfia que não foram afastados do
131 Tribunal de Justiça do Ceará. A conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)** disse



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

que a sociedade civil está se organizando e se mobilizando, em especial, o Movimento 21. A estratégia que está sendo elaborada é no sentido de fazer manifestações de apoio a decisão da juíza e de tentar fazer alguma gestão junto ao próprio Tribunal. Sugeriu que a doutora Ivana fizesse uma visita ao Ceará para tentar um diálogo institucional. Informou que o empresário que é acusado de ser o mandante do crime é irmão do Secretário de Recursos Hídricos do Estado do Ceará e seria o principal empresário do agronegócio do estado. Ressaltou que o agronegócio no estado do Ceará é muito forte e que o caso é delicado, pois envolve as estruturas de poder em todos os aspectos políticos e econômicos. Então o foco seria em fortalecer a atuação da juíza e fazer uma gestão junto ao Tribunal. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** disse que se os movimentos sociais fizessem uma nota à Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, que irá se reunir no dia 23 de agosto, a OAB poderá enviar uma nota ao Tribunal de Justiça do Ceará. A conselheira **Silvana Abramo (CNPJ)** mostrou sua preocupação com a segurança da magistrada e perguntou se existe alguma notícia de que ela estaria sofrendo alguma ameaça. A conselheira **Ivana Farina (CNPJ)** disse que não há informações sobre ameaças, mas que tanto a juíza quanto o promotor que atuou no caso estão sendo acompanhados pela GAECO do Ministério Público do Ceará. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA-BRASIL)** lembrou que o Juiz Ricardo Barreto, conselheiro suplente do CNDH, que reside no Ceará, é da Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros. Sugeriu a inclusão dele no processo de articulação. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** passou a palavra à conselheira Ivana Farina para o informe do caso da Chacina Osasco/Barueri. A Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPJ)** informou que recebeu uma mensagem do Vice-presidente do CONANDA indagando se o Conselho não acharia viável fazer uma atividade conjunta em São Paulo para cobrar as medidas de investigação da chacina. Segundo informações, a ação envolveu três grupos de extermínio em locais distintos e que haveria a participação de policiais civis ou militares do estado de São Paulo. O governador anunciou um prêmio de cinquenta mil reais para quem prestasse informações sobre as mortes. Disse que o acompanhamento dessa investigação é um dever do Conselho. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** cobrou uma manifestação do Conselho, pois as chacinas no Brasil estão virando rotina. Apresentou como exemplo os casos de Manaus, em que 34 pessoas foram mortas, o de Cabula que teve o assassinato de 13 pessoas e o mais recente em Osasco e Barueri, onde 18 pessoas foram mortas. Cobrou que o governo federal deveria chamar à responsabilidade os dirigentes, por meio do fórum de comandantes de polícia, do fórum de secretários de segurança pública. Disse que se não houver uma ação para desestimular as ações da polícia em represália a mortes de integrantes da corporação, estaria se promovendo a cultura que justifica a reação da polícia militar. Sugeriu então que o conselho apresentasse uma posição contra a chacina em Osasco e Barueri. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** relatou que esse foi mais um caso entre outros cinco que já aconteceram nesse ano em São Paulo. Sugeriu que se faça um estudo mais aprofundado sobre esses casos, o acompanhamento, além da iniciativa em pedir providências. A conselheira **Vera Paiva (CFP)** disse que a população da periferia de São Paulo está com medo de se organizar, de fazer denúncia, pois está se sentindo ameaçada. Disse que há relatos de que ouvem a frase “se denunciar eu mato a família inteira!” Disse que a situação está radicalizada faz alguns meses. Chamou a atenção de



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

que o que aconteceu está na mesma direção dos debates sobre a conjuntura realizada na reunião passada e que sua avaliação é que a situação irá piorar. Concordou que o CNDH envie uma nota e que faça o acompanhamento, mas que, além disso, seria necessária a criação de um mecanismo de mobilização com o conselho estadual. Afirmou que sua preocupação é maior com a eficácia do que com a ação política. Sugeriu mobilizar atores que tratam do tema como o Professor da USP Paulo Sergio Pinheiro, que foi Ministro da Secretaria de Direitos Humanos e que teria um peso importante se fosse mobilizado pelo CNDH. Disse que se o Conselho se basear apenas nos casos de urgências não terá efetividade e que deveria criar um procedimento para esses casos. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** disse que é fundamental que o Conselho vá até o local onde aconteceu a chacina em São Paulo, como defendeu que o CNDH deveria ter intervindo mais efetivamente em Cabula, em Manaus e em outros casos para que houvesse uma mobilização social, uma repercussão, um constrangimento dos agentes com relação ao fato. Acredita que é fundamental que o Conselho se manifeste com relação aos casos de chacina, solicitando o instituto do Incidente de Deslocamento de Competência. Segundo o conselheiro, não há a possibilidade das estruturas judiciais e investigativas de Manaus promoverem qualquer tipo de resposta adequada. Lembrou o desfecho das investigações de Cabula que levou a absolvição dos policiais acusados e que a recompensa apresentada pelo Governador de São Paulo para as pessoas que tiverem informações sobre a chacina seria terceirizar o processo apuratório investigativo. Além disso, a denúncia colocaria em risco alguém que eventualmente venha a trazer informações. Defendeu que o CNDH emita uma nota e que a Comissão de Segurança Pública do Conselho vá a São Paulo para reunir-se com o movimento Mães de Maio e promover oitivas. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** ressaltou que a chacina em Osasco teve uma amplitude territorial grande, pois o toque de recolher decretado atingiu a toda população de Osasco, de Barueri e toda a zona Oeste e central de São Paulo, causando um pânico generalizado. Sugeriu que o CNDH tivesse a função de articulação das diversas entidades em São Paulo, como o governo municipal de Osasco e os núcleos de direitos humanos no estado. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** defendeu que a Comissão do CNDH que trata da questão de segurança pública possa se aprofundar no debate sobre as chacinas, indo além das questões mais pontuais, no sentido de tentar encontrar uma metodologia de atuação mais precisa e efetiva nesses casos. Informou que o MJ tem atuado em duas frentes. A primeira por meio da proposta de emenda constitucional, que visa trazer um maior protagonismo para a União na segurança pública. A segunda é a construção de um programa, um pacto, cujo objetivo é o enfrentamento aos grupos de extermínio. A conselheira **Vera Paiva (CFP)** disse que as Mães de Maio estão denunciando a ausência do Ministério da Justiça no caso da chacina em Osasco, já que não houve um pronunciamento de representantes do governo, nem do Ministro da Justiça nem qualquer representante do Governo Federal. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** questionou em que medida uma declaração de um Ministro em face de algo que está na competência estadual, contribuiria para a investigação. Acredita que o Ministro aparecer numa foto ou dando uma declaração constrangendo o estado não necessariamente vai contribuir para a ação. Disse que o MJ tem feito um esforço cotidianamente para aprovar o projeto de lei de autos de resistência e a articulação de políticas públicas. O conselheiro **Adalton de Almeida (PF)** disse que a Polícia Federal possui um grupo de investigação para o enfrentamento aos grupos de



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

extermínio. Disse que tem verificado um aumento sistemático desse tipo de ação e que a PF tem solucionado mais de 90% dos casos, pois foram desenvolvidas técnicas de investigação. Disse que a PF está precisando de unidades formais, criadas especificamente para esse combate e que levaria essa proposta para a próxima reunião com o Ministério da Justiça. O Conselheiro **Aurélio Rios (PGR)** saldou a todas e a todos e disse que as pessoas que operam hoje nos grupos de extermínio estão se comunicando, estão exportando a forma de atuar. Portanto, esse modelo de atuação dos grupos tem que ser atacado com inteligência, com articulação entre a Polícia Federal, o Ministério da Justiça, com a atuação do Conselho Nacional do Ministério Público e o CNJ, porque o sistema de Justiça tem que ser capaz de dar resposta a essa situação. Falou que o Conselho deveria ter uma reunião específica pra tratar dos grupos de extermínio, inclusive apresentando os informes sobre o que aconteceu no caso de Cabula, o que está acontecendo no Pará, o que não está acontecendo em Manaus. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** informou que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República está acompanhando esse caso, como tem acompanhado os demais, através da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, nos contatos com as autoridades do estado de São Paulo. Lembrou que a Câmara dos Deputados criou a CPI que tratou do extermínio da Juventude Negra no Brasil. Disse que o Senado tem também uma CPI em andamento que trata de grupos de extermínio. Falou que a Senadora Lídice da Mata esteve na SDH e que sugeriu a ela que viesse em uma reunião do Conselho para uma articulação entre a CPI do Senado e o CNDH. Sugeriu que o Ministério da Justiça apresente ao Conselho o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. O conselheiro **Aurélio Rios (PGR)** sugeriu que no segundo dia da reunião plenária, quando da apresentação do tema “Violência contra a juventude negra e pobre” fosse rediscutida a questão dos grupos de extermínio. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** informou que os representantes da SEPIR e da SNJ foram convidados a comparecerem no segundo dia. Em seguida passou a palavra para a apresentação das relatorias em direitos humanos da Plataforma DHESCA. **Melisanda Trentin (Justiça Global)** conselheira suplente do CNDH e também relatora da Plataforma DHESCA-Brasil disse que há 12 anos a Plataforma DHESCA-Brasil atua por meio das relatorias em direitos humanos, inspirada no modelo da ONU. Informou que em julho de 2015 a Plataforma iniciou mais um novo mandato das relatorias onde foram escolhidos dois novos temas que são “Direitos Humanos e Povos Indígenas” e “Direitos Humanos e Estado Laico”. Disse que as relatorias nessas duas temáticas podem qualificar, tanto o debate em direitos humanos quanto influenciar nas políticas públicas de direitos humanos. Em seguida, passou a palavra para Ivanilda Figueiredo (Dida), relatora do tema estado laico. **Ivanilda Figueiredo (Relatora Plataforma DHESCA-BRASIL)** disse que o tema do estado laico e os direitos humanos tem se tornado premente na defesa dos direitos humanos nos últimos anos. Disse que não haveria como garantir a efetivação de direitos humanos para todas e todos se não for garantindo o princípio da laicidade, um princípio garantido constitucionalmente, essencial também pra garantia do direito fundamental a liberdade religiosa. Então a própria liberdade religiosa muitas vezes ela é afetada quando não se respeita os limites da laicidade. Informou que a Plataforma Dhesca tem recebido tanto pela mídia, quanto pela sociedade civil muitas denúncias de violações desse princípio que afetam o direito a educação, o direito a saúde, o direito a comunicação, e



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

populações específicas. Os casos incluem ataques causados por intolerância religiosa como o de uma mãe de santo na Bahia Mildralis Dias, que teria falecido também em virtude de intolerância religiosa. Além disso, relatou os vários projetos de lei, projetos de decreto legislativo, que atingem os direitos das mulheres, os direitos da população LGBT e os direitos da população em geral, que têm como base manifestações religiosas. Disse que os casos atingem o direito a saúde, pois muitas vezes ele acaba sendo negado, negligenciado, obstado por conta de questões religiosas. Citou o caso da aprovação no Rio de Janeiro de uma lei que regulamenta a objeção da consciência. Essa objeção da consciência diz que qualquer profissional poderia se recusar a fazer um procedimento, poderia se recusar a atender alguém por uma objeção de consciência. Dessa forma, um médico poderia se recusar a fazer um aborto legal, com ordem judicial por objeção da consciência. Uma travesti poderia não ser atendida por um profissional por objeção da consciência. Apresentou os casos das comunidades terapêuticas que obrigam os usuários a adotarem uma religião. Apresentou também a assessora da Plataforma DHESCA, Luana Natielle que também irá colaborar com a relatoria. Em seguida passou a palavra ao **Leandro Scalabrin (MAB)** que apresentou a relatoria que trata da questão dos povos indígenas. Disse que o relator responsável por esse tema é o senhor Gersem Baniwa, mas que por motivo de saúde, não pôde estar presente. Relatou os casos de violência e assassinatos no campo por conta das questões de demarcação das terras indígenas, da desintrusão. A relatoria fará uma missão na Bahia em relação ao povo Pataxó, uma ao Rio Grande do Sul, ao Sul do Brasil, uma em Tapajós e finalmente em Humaitá. As visitas procurarão dar um contexto nacional para os vários casos de violações dos direitos indígenas e irá monitorar várias iniciativas legislativas e outras que atentam contra direitos da população indígena. Disse acreditar que a metodologia das relatorias nacionais de direitos humanos da Plataforma possa ser adotada pelo CNDH. Solicitou a criação no âmbito do Conselho de relatorias nacionais de temáticas específicas a serem debatidas para dar conta da missão institucional do Conselho. Solicitou ainda que, ao final das missões dessas duas relatorias, se o Conselho entender relevante algumas medidas propostas pelos relatores, sejam adotadas como suas essas recomendações. Finalmente, convidou o Conselho a participar do processo de seleção das novas relatorias a partir de 2016. O conselheiro **Aurélio Rios (PFDC)** elogiou a qualidade técnica dos relatórios apresentados pela Plataforma DHESCA, e que a PFDC tem uma parceria há muito tempo com a Plataforma DHESCA. Disse que concorda com as sugestões apresentadas pelo relator em relação ao trabalho conjunto com o CNDH. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** disse que seria importante colocar no tema da relatoria o acesso à justiça das comunidades indígenas, pois os indígenas não participam dos processos que tratam das terras e também apresentam dificuldade em serem atendidos pela justiça estadual ou federal quando ocorrem os conflitos. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** propôs o encerramento dos informes e sugeriu a leitura e análise do relatório da missão Belo Monte. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** fez um histórico da elaboração do relatório, onde foi dado um prazo pra que as empresas e os órgãos pudessem encaminhar suas propostas e posteriormente o relatório foi construído sem nenhuma reunião presencial, onde se estabeleceu um consenso necessário pra trazer um relatório unificado para a plenária. Agradeceu ao Leandro Scalabrin que possibilitou uma posição mais unificada ao relatório. Em seguida, apresentou as principais modificações em relação ao relatório preliminar.



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Informou sobre as sugestões encaminhadas pelos conselheiros, que foram incorporadas ao relatório. Na descrição do empreendimento foi incorporado o que o Ministério das Minas e Energia encaminhou. Quanto à questão indígena, foi realizada a modificação proposta pelo CIMI. Informou que foi refeita toda a introdução e que foi incluída a visão dos órgãos do Poder Executivo que estiveram presentes e que encaminharam por escrito o seu posicionamento. Então foi feita uma síntese daquilo que foi encaminhado. Em relação à visão do empreendedor, foi feita uma observação sobre o conteúdo enviado, mas como se tratava de um documento muito extenso não foi realizada uma síntese, sendo incorporado como anexo. Foi incluída na página 43 uma visão do projeto realizado por duas empresas que foram contratadas para fazer o monitoramento das condicionantes, sendo uma delas a Fundação Getúlio Vargas, que reforça a visão da missão do CNDH. Disse que o relatório da FGV fala em temas cruciais como a violência e vulnerabilidade social. Em seguida, apresentam nove desafios que vão ao encontro das questões levantadas pelo CNDH. Relatou que foram adicionadas as questões acordadas e consensuadas pelos conselheiros, como a constatação pela missão da existência de violações de direitos humanos no processo de planejamento e implantação de Belo Monte. Em seguida falou das recomendações e da recomendação final direcionada ao IBAMA, na qualidade de órgão licenciador, que exige o cumprimento efetivo integral de todas as condicionantes do PBA antes da emissão da licença de operação da Usina de Belo Monte. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** perguntou se todas as conselheiras e os conselheiros leram o relatório, no momento em que todos responderam afirmativamente. Em seguida, passou a palavra ao **Leandro Scalabrin (MAB)** que complementou as informações sobre o relatório. O representante do MAB disse que houve um esforço coletivo do representante da Secretaria Executiva do Conselho, do representante da SDH, e dos demais representantes que realizaram a missão em compor um relatório consensuado que traz as diversas nuances das divergências de posição que existem sobre esse projeto. Relatou as diversas partes do relatório e que propriamente o item oito seria de fato onde o Conselho apresenta a sua visão, as suas conclusões e as suas recomendações a partir do que viu ou ouviu e a análise dos documentos. Dessa forma, esse item seria o mais apropriado para a análise pelo Conselho. Por fim, apresentou as recomendações para que cessem as violações e medidas que entenderam cabíveis. Em seguida, o conselheiro **Darci Frigo (DHESCA-BRASIL)** disse que existem algumas questões que não estão no relatório que dizem respeito aos procedimentos do Conselho, como por exemplo, o Conselho aprovou que cinco pessoas iriam à missão e depois a Secretaria de Direitos Humanos definiu que só duas poderiam ir. Essas questões tratam da soberania do Conselho e com a questão do orçamento. Relatou que os conselheiros não foram informados, por exemplo, de que na última reunião viriam todos os órgãos públicos. Que a Secretaria convidou e não informou ao Conselho. Disse que essas questões o Conselho deveria se debruçar, inclusive sobre a participação de agentes privados ou de empresas ou violadores de direitos humanos no plenário do Conselho. Segundo o conselheiro, o relatório traz uma visão consensual, mas que trouxe uma limitação pela impossibilidade de se discutir de forma presencial. O relatório traz também a recomendação sobre a criminalização e a ameaça aos defensores de direitos humanos para que seja reestabelecido o programa de proteção aos defensores de direitos humanos no estado do Pará. Relatou a ação dos policiais da força de segurança, durante a



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

inspeção que atuava para que a obra continuasse e ao mesmo tempo o estado criminalizava os defensores de direitos humanos. O presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** disse que depois de um longo processo de discussão do Regimento Interno e sua aprovação em maio desse ano o conselho está consensuando os seus procedimentos. Relatou que o CNDH continua em processo de insitucionalização, com a análise das propostas de resolução que dispõe sobre o processamento e representações no âmbito do conselho e a análise e votação da proposta de resolução que dispõe sobre a conduta dos violadores dos direitos humanos. Defendeu que, sobre o processamento das representações, a resolução que dispõe sobre o processo apuratório, o CNDH conseguirá estabelecer procedimentos que vão facilitar o trabalho de todos e todas. Disse que realmente a SDH possui um orçamento restrito e que acredita que apesar de não terem ido todas as pessoas indicadas, não houve prejuízo à missão e que a missão já produziu resultados concretos. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** ponderou que se não tivessem ido todos aqueles que o Conselho tinha aprovado, a missão teria sido inviabilizada, pois a Secretaria só aprovou a ida de duas pessoas, os conselheiros Paulo Maldos e Darci Frigo. A ida de mais representantes foram importantes para realizar todas as oitivas, as escutas feitas junto à população, que foi além do acompanhamento à missão do Ministério Público Federal. O que a Secretaria disponibilizou foi para o acompanhamento da missão do Ministério Público Federal, o que não tinha sido o deliberado na reunião do Conselho. Houve segundo a conselheira, interpretações diferentes do que se tinha sido deliberado. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** propôs como encaminhamento que os conselheiros que tivessem destaques a fazer no relatório que se inscrevessem, citando a parte que deveria ser modificada. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** colocou que parecia haver unanimidade que não haveria destaques a fazer no texto e sim nas conclusões e recomendações. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** colocou em discussão inicialmente os destaques ao texto. O conselheiro **Paulo Maldos (SDH/PR)** apresentou as atualizações trazidas pela Secretaria Geral da Presidência que irá contemplar as questões de recolocação dos ribeirinhos na própria região. Sugeriu que o último parágrafo fosse substituído por uma atualização. Em seguida, leu o documento enviado pela SG. Ressaltou a importância do documento, pois está sendo construído junto com o Ministério Público Federal e que soluciona a questão do reassentamento e recolocação das famílias no rio Xingu, ribeirinhos e pescadores. O conselheiro **Aurélio Rios (PGR)** perguntou aos conselheiros se talvez não fosse melhor anexar esse documento, como um documento autônomo, tal como outros documentos que seriam anexados, como o relatório da Procuradora Thais Santi, evitando uma inserção tardia, fazendo uma menção dele no relatório. Elogiou o documento, pois apresenta uma proposta de resolução concreta e que espera que seja implementada. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** sugeriu então incluir no último paragrafo o seguinte texto: “Por fim a Secretaria Geral da Presidência da Republica apresentou uma atualização das ações desenvolvidas, com propostas concretas e anexadas ao presente relatório”, na qual foi acatada por todos. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** questionou se o relatório da FGV citado no relatório teria sido aprovado pela empresa e sugeriu que se checasse esse fato. A coordenadora Geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** sugeriu a modificação da expressão “trabalhos femininos” e que faria uma sugestão de texto. O conselheiro **Adalton Almeida (PF)** questionou a citação ao



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Bispo de Altamira, Dom Erwin Krautler que está sob proteção policial, mas que as ameaças viriam desde 2005 e 2006 e que tem pedido ininterruptamente a escolta da polícia do Pará. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** informou que a SDH não tem convênio ativo com o Pará no programa de defensores, mas que existe uma equipe nacional que dá acompanhamento ao programa. Disse também que é verdade que a ameaça à Dom Erwin não é decorrente da obra de Belo Monte, e por isso, da forma como se encontra no relatório, fica a impressão que Dom Erwin estaria sendo ameaçado de morte por ter se colocado contra a obra de Belo Monte, o que não está acontecendo. A conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)** disse que a informação pode ser importante se ela for contextualizada, explicando que a região é marcada por conflitos violentos e citando o caso como exemplo. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro SDH/PR)** disse que é necessário ter muito cuidado para não passar uma ideia enviesada de que Dom Erwin estaria sendo ameaçado por alguém que tem interesses em Belo Monte. O conselheiro **Paulo Maldos (SDH/PR)** relatou que Dom Erwin é ameaçado desde o início da ditadura e que em 82 ele foi atacado durante um conflito fundiário, tendo sofrido um acidente de carro, no qual morreu o padre que estava ao seu lado. Há dezessete anos ele denunciou um ritual de castração de vários meninos na região que eram sequestrados e castrados. Em outra ação ficou marcado pelo trabalho com a Irmã Dorothy Stang. Então, Dom Erwin é uma pessoa que sempre se contrapôs a todos esses crimes e há décadas ele é ameaçado. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** relatou a posição do estado do Pará que disse que neste ano não renovariam o convênio, mas possivelmente ano que vem, porque eles teriam que preparar as estruturas, as instâncias do estado. O conselheiro **Aurélio Rios (PFDC)** defendeu que não haveria como mudar o que está entre aspas e que não há nenhuma acusação, nem subliminar de omissão, da Polícia Federal e muito menos da Secretaria de Direitos Humanos. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** concordou com o conselheiro Aurélio Rios, mas que não veria problema que em seguida a citação fosse contextualizado o caso, não havendo prejuízo ao texto e informando a gravidade da situação da violência na região. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** concordou que não se muda aspas e não se interpreta o que está entre aspas e que uma afirmação que alguém fez precisa ser respeitada e defendeu que o Conselho possa fazer essa contextualização. A proposta de inclusão da contextualização foi aprovada. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** reiniciou as discussões do relatório a partir do item 8, que trata das conclusões e recomendações. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** defendeu que o Conselho deveria se concentrar nas recomendações, a não ser que alguém tivesse algum destaque nas conclusões, daria o mesmo tratamento que foi dado ao texto. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** sugeriu a troca da expressão “nefastas” por “insuficientes e prejudiciais”. Em seguida o conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** sugeriu a alteração da expressão “*a seguir se expõem as denúncias de direitos violados*”. O conselheiro **Pedro Saldanha (MRE)** sugere que a cada conclusão de violação se coloque a expressão “a partir da denúncia que nos foi fornecida” por uma questão de coerência com o texto. A conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)** disse que a parte das conclusões não se refere apenas as denúncias, mas de constatações, como por exemplo, no direito à informação e a participação, onde já há a constatação da violação, tanto é que a Defensoria Pública já fez comunicados em relação a isso, colocando prazo pra que as informações fossem garantidas. O



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

conselheiro **Aurélio Rios (PGR)** complementou que foram incorporadas ao relatório as constatações do relatório parcial do Ministério Público Federal. Dessa forma, não se trataria de um relato de um popular, de audiência pública, mas dentro de constatações de situações vistas pelo Ministério Público e pela missão. Disse que está absolutamente seguro de que o relatório está tratando de situações de violação dos direitos humanos. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** disse que não teria como ter a expressão “denúncia” em todas as conclusões porque várias das conclusões tem a confirmação ou de um órgão público ou da própria Norte Energia. O conselheiro **Pedro Saldanha (MRE)** disse que o receio é que o relatório possa ser utilizado pelo público partindo de conclusões que não são rigorosas. Disse que não houve de fato, com relação a muitas das denúncias, um processo de investigação, com direito a ampla defesa e contraditório. Além disso, a missão do Conselho não tinha um caráter investigativo, era meramente para acompanhar a inspeção do Ministério Público Federal. Mas se todos os conselheiros estariam confortáveis com as situações relatadas, não iria bloquear o consenso com relação a isso. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** apresentou sua preocupação em relação aos questionamentos sobre a conclusão do relatório, pois, segundo ele a missão foi inclusive plural, com a participação da sociedade civil e de conselheiros do Estado e que, portanto, o que está escrito é a constatação dos membros do Conselho e que dá fé de ofício à comissão, se assim não fosse, nem discutiria o relatório. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** disse que não estaria tirando a fé de ofício da comissão e nem faria isso. Propôs que as conclusões fizessem referência aos anexos. O conselheiro **Aurélio Rios (PGR)** disse que o que viu e que tem conversado com a Procuradora Thais Santi é que infelizmente o padrão de violação de direitos humanos continua no local e também continuam havendo investigações. Relatou as incorporações de iniciativas positivas no relatório e a constatação de uma presença maior do Governo Federal em Altamira. Finalizou dizendo que o Brasil vive uma disputa de leituras, de interpretações e que o importante seria o Conselho manter a sua unidade e eventualmente o Presidente do Conselho corrigir eventuais distorções, que forem atribuídas em nome do CNDH. A conselheira **Ivana Farina (CNPQ)** complementou que na oitava prolongada que foi realizada na última reunião, os itens dos quais os órgãos presentes discordaram, foram nominados e corrigidos e que, fora disso, qualquer interpretação distorcida não haveria como se prevenir. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** disse que o ideal seria sempre fazer a referência à denúncia ou ao documento, mas que não haveria condições de no momento da reunião identificar na conclusão o que foi constatação efetiva ou baseada em uma denúncia que pode ser uma percepção individual. A conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)** disse que o texto foi pactuado pelos componentes da missão, que reflete um processo de elaboração, que se refere a um momento histórico específico, um retrato da situação e não um filme que continua no presente e que por isso, não daria para ir recebendo mais informações. Sugeriu que fosse encaminhado para votação. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA-BRASIL)** relatou que foram ouvidas 52 pessoas numa audiência pública e que o que está no relatório é apenas um extrato do que foi verificado, do que foi constatado, um relatório consensuado, mas que reconhece os problemas de violações dos direitos humanos. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** disse que não se trata de querer abrandar o relatório, seria para esclarecer a redação. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** disse que não haveria a



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

necessidade de colocar em votação, pois a ampla maioria se manifestou com a opinião de que o caput resolveria como uma relativização, na impossibilidade de discutir ponto a ponto. O conselheiro **Paulo Maldos (SDH/PR)** informou que a SPU mandou um informe falando que, no que diz respeito ao quantitativo de áreas pra realocação dos ribeirinhos e pescadores, o órgão tem 136 quilômetros lineares de margens e 290 quilômetros lineares de ilhas emersas para a realocação dos ribeirinhos e pescadores e que mandaram o mapa comprovando essa extensão. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** disse que era uma ótima notícia, pois a NESA dizia que as ilhas emersas eram muito poucas. Em seguida, o Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** colocou em análise as recomendações do relatório. A conselheira **Ivana Farina (CNPQ)** disse que percebeu que em alguns itens das recomendações, o texto não indica o órgão a qual ela se dirige, e isso prejudicaria na hora de enviar e cobrar a execução da recomendação. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro SDH/PR)** sugeriu que as recomendações fossem analisadas uma a uma. A conselheira **Maria Madalena (FBASD)** propôs que no caput das recomendações fosse inserido o “CNDH recomenda que”. Dessa forma se tiraria todos os 34 “quês” que vem antes de cada recomendação. O presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** deu início à leitura das recomendações, nas quais os conselheiros foram apresentando destaques e indicando os órgãos aos quais é dirigida cada recomendação. As recomendações apresentadas em seguida foram a que apresentaram destaques que mereceram maiores discussões. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** leu a 14ª recomendação na qual pede a reparação para ação de todas as atividades desenvolvidas pelos ribeirinhos, reconhecendo sua condição de dupla moradia atividade. O conselheiro **Aurélis Rios (PFDC)** disse que o que é importante, nesse caso, é o reconhecimento da dupla moradia e que deveria ser endereçada não apenas para a NESA, mas também para os órgãos governamentais, sobretudo o Ministério da Pesca, a Secretaria de Patrimônio da União e o IBAMA. Então o reconhecimento seria pelo governo que implicaria em ações para a NESA. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** leu então o texto aprovado “*Seja reconhecida pelos órgãos competentes a condição de dupla moradia e a pluriatividade econômica dos Ribeirinhos para o exercício de direitos.*” O Conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** leu a 15ª recomendação que foi dirigida a NESA. Foi incluída uma recomendação para que os municípios atingidos façam adequações na legislação de ocupação e uso do solo, no sentido de facilitar o reordenamento urbano. O conselheiro **Carlos Magno (ABGLT)** leu a recomendação seguinte, que trata do acesso à justiça na qual o conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** apresentou proposta de inclusão para que o poder Judiciário do Estado do Pará e a Defensoria Pública promovam mutirões de mediação, conciliação e arbitragem, para solução dos conflitos. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA-BRASIL)** leu a recomendação que trata do Programa de Defensores, onde o Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** informou que a ausência do convênio do programa de defensores é o resultado do não interesse do estado do Pará em conveniar, então essa recomendação deveria ser direcionada ao estado. E que além disso, o programa de defensores é para os cidadãos ameaçados de morte e não tem a ver com a criminalização dos movimentos sociais. A conselheira **Melisanda Trentin (Justiça Global)** disse que o Programa de Proteção dos Defensores é um programa pra viabilizar a permanência de uma liderança dentro do seu local e dentro da sua militância. Sendo diferente do PROVITA, que são



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

546 dos ameaçados de morte. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH)**
547 disse que não é competência do Programa de Proteção a Defensores barrar interditos
548 proibitórios, que isso passa pela questão do Judiciário. As conselheiras Helena Barreto e
549 Silvana Abramo defenderam o desmembramento em duas recomendações, uma que
550 tratava do programa de defensores e outra do combate a criminalização dos movimentos
551 sociais. As propostas de redação foram encaminhadas a mesa e aprovadas. A
552 conselheira **Vera Paiva (CFP)** leu a recomendação seguinte que trata da assistência
553 psicológica e de saúde às pessoas atingidas. Após algumas correções, a recomendação
554 foi aprovada. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** relatou o caso ocorrido na sua
555 infância, em que sua família foi removida da terra onde morava por representantes da
556 CHESF e da polícia do Exército e que essa lembrança guarda marcas até hoje. Por fim,
557 o conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** leu a última recomendação na qual os
558 conselheiros apresentaram alguns destaques. O conselheiro **Aurélio Rios (PFDC)** disse
559 que não cabe apenas ao IBAMA a exigência do cumprimento efetivo e integral de todas
560 as condicionantes. Assim, propôs que a recomendação seja direcionada “aos órgãos
561 públicos competentes em particular para o IBAMA na qualidade de licenciador”, o que
562 foi acatado pelo Conselho. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** questionou sobre o
563 encaminhamento do relatório, preocupação trazida também pela conselheira Silvana.
564 Disse que tinha proposto ser encaminhado à Presidência da República, na reunião
565 anterior e que não se trata apenas de uma questão técnica do IBAMA, como também de
566 uma questão política. O presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)**
567 disse que se for enviado o Relatório para a Presidência da República terá que ser
568 mandado para os chefes dos demais poderes. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)**
569 sugeriu que também fosse dada a ciência ao Ministério da Saúde, ao Ministério da
570 Educação, ao Ministério Público do Trabalho e outros que estejam referidos no texto
571 ainda que não como abordagem específica. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** disse
572 que também é necessário dar um retorno a população local que foi consultada, a
573 sociedade civil do local, sobre o relatório final e as iniciativas tomadas. O Presidente do
574 CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** solicitou que os integrantes da missão
575 passem a relação das entidades que devem receber o relatório. O conselheiro **Gabriel**
576 **Sampaio (MJ)** solicitou mais detalhes e a emissão de um documento sobre a ação da
577 Força Nacional em Belo Monte para que possa encaminhar ao Ministério da Justiça.
578 Disse que pode ser encaminhado como ofício ou como um e-mail para ele mesmo, pois
579 já tem essa incumbência no MJ. A conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)**
580 perguntou se existiria uma previsão para a consolidação do documento, pois acharia
581 importante mandá-lo à imprensa. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da**
582 **SDH/PR)** disse que é possível consolidar o documento até a semana seguinte a reunião.
583 A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** reforçou que o documento fosse publicizado e
584 não apenas enviado aos diversos órgãos. A Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina**
585 **(CNPB)** disse que no CDDPH o procedimento para a publicação era por meio de uma
586 resolução que aprovava o relatório encaminhado em anexo. O documento era
587 encaminhado com A.R., de tal forma que se tinha o comprovante de recebimento. O
588 conselheiro **Darci Frigo (DHESCA-BRASIL)** sugeriu que a SDH fizesse um reunião
589 interministerial com todos os órgãos envolvidos e apresentasse as recomendações do
590 relatório. Perguntou como os conselheiros poderão monitorar o encaminhamento
591 daquilo que foi deliberado, da devolutiva da empresa e dos órgãos públicos, se as



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

recomendações serão atendidas. A conselheira **Vera Paiva (CFP)** disse que essa questão apresentada trata-se dos fluxos do CNDH e que vai além da questão de Belo Monte. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** disse que a resolução do Conselho Nacional Direitos Humanos será encaminhada para a devida publicação enquanto resolução. Será encaminhada formalmente a todos os órgãos públicos e instituições, prefeituras, governo do estado, que estão nominados no relatório e que também será dada a publicidade aos veículos de comunicação quanto à aprovação da resolução. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** deu por encerrada a pauta sobre Belo Monte e passou para o informe da conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)**. A conselheira relatou que algumas organizações dos direitos humanos, Plataforma DHESCA, Justiça Global, MNDH e Intervozes fizeram uma campanha no ano passado que se chamou “somos todos e todas defensores e defensoras”. A campanha trabalhava com vários vídeos mostrando a vida das pessoas que trabalham com os direitos humanos e que são inclusive ameaçadas de morte. Um dos produtos dessa campanha foi um vídeo que se tornou um longa metragem. Em seguida, apresentou o trailer do filme e convidou os/as presentes a assistirem. Em seguida o Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** comunicou que a atual Coordenadora Geral do CNDH, Maria Gutenara, estaria saindo do CNDH para a coordenação do CONANDA. Posteriormente, apresentou o novo Coordenador Geral Cledisson Júnior, que esteve presente na reunião. A Coordenadora Geral **Maria Gutenara (CNDH-SDH/PR)** disse que recebeu o convite do Ministro, do presidente do CNDH, para assumir a direção da Secretaria Executiva do CONANDA e que aceitou, por ser um novo desafio pessoal. Disse que é servidora da SDH, e que independente das mudanças, das transições, irá continuar como servidora. Relatou que assumiu a missão de ser a primeira secretária executiva e que tem orgulho do trabalho que fez durante um ano no CNDH. O primeiro de ter participado da primeira eleição da sociedade civil, o segundo pela confiança que foi construída entre o Conselho e a secretaria executiva. Disse que quando a convidaram para assumir o CNDH estava com o pé bem atrás, não pelo desafio do trabalho, mas por que iria misturar coisas e elementos que gosta, como utopias e paixões, que é a participação social de direitos humanos. Agora com o convite para ir ao CONANDA irá com os dois pés, pois está se sentindo mais segura. Finalmente disse que gostaria que os conselheiros recebessem o novo Coordenador Geral da mesma forma que a receberam, sem a conhecer. Que a relação de confiança se cria durante o processo. O conselheiro **Aurélio Rios (PGR)** agradeceu a Coordenadora, por ter tido paciência e cuidado com cada um dos conselheiros, além da dedicação. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** disse que nunca tinha participado de um órgão como o CNDH e que ficava impressionada com a disponibilidade da Coordenadora, que às vezes atendia às nove e meia da noite. Disse que depois do agradecimento, queria fazer uma crítica sobre a forma como foi realizada a substituição e que os conselheiros deveriam ter sido consultados, para que fosse feita de comum acordo em um processo de transição com mais tranquilidade. O conselheiro **Leonildo José (MNPR)** agradeceu a acolhida das demandas do Movimento pela Coordenadora e também lamentou a não comunicação antecipada da substituição da Coordenadora. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** ressaltou o trabalho que Coordenadora desenvolveu junto ao Conselho e desejou uma boa sorte no CONANDA, em seguida desejou boas vindas ao novo Coordenador Geral Cledisson Júnior. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)**



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

disse que seria importante que o Conselho vá adquirindo paulatinamente autonomia de funcionamento, se estruturando em um órgão independente, mas que a realidade atual é que a Coordenação está na estrutura da Secretaria de Direitos Humanos. Disse que a Coordenadora sempre foi muito prestativa quanto às questões trazidas pela Defensoria e deu boas vindas ao novo Coordenador Cledisson Júnior. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** agradeceu a acolhida que teve pela Coordenadora Maria Gutenara e do seu trabalho para a consolidação do Conselho. Fez também uma homenagem ao ex conselheiro, representante da SDH Wellington Pantaleão e deu boas vindas ao novo Coordenador. **O conselheiro Everaldo Patriota (OAB)** desejou muito sucesso no novo cargo à Maria Gutenara, que representa um desafio muito maior, pois o futuro do país depende muito do destino das crianças e dos adolescentes. O conselheiro **Pedro Saldanha (MRE)** ressaltou três qualidades da Coordenadora que são serenidade, equilíbrio e firmeza. E que em nenhum momento as posições de firmeza se confundiram com rispidez e deu boas vindas ao futuro Coordenador Cledisson Júnior. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** fez o seu registro de agradecimento como conselheiro do Ministério da Justiça. Disse que sua participação foi fundamental pra que o CNDH chegasse nessa etapa com a segurança que se tem hoje de aprovar de forma madura documentos importantes. A conselheira **Ivana Farina (CNPQ)** disse que a sua substituição trata-se de um convite que foi feito para atuar como Coordenadora em outro Conselho e que tenha na pessoa do novo Coordenador Cledisson a continuidade. Disse que o recebimento da notícia de substituição foi um lamento de reconhecimento, em um primeiro momento, e que agora se traduz em um desejo de sucesso. O novo Coordenador do CNDH **Cledisson Junior (CNDH/SDH)** agradeceu a indicação do Ministro Pepe Vargas e agradeceu também a paciência, o carinho e a dedicação que a Coordenadora Maria Gutenara propiciou durante o processo de transição. Disse que teve a oportunidade por três vezes de ser conselheiro nacional, no CONJUBE e no CNPIR, e que agora assume uma posição de coordenação trazendo um referencial de militância. Disse que a SDH se coloca na vanguarda no desafio de construir uma referência negra, uma luta histórica que fez com que o Ministro Pepe Vargas entendesse essa necessidade e fizesse o convite e que a luta é para o preenchimento dos espaços que historicamente o racismo negou. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH)** disse que não considera que tenha desrespeitado o Conselho na nomeação do novo conselheiro, pois o que foi feito não foi contra a nenhuma orientação do Regimento Interno. Disse que a SDH também tem uma estrutura de pessoal reduzida para dar conta de muitas áreas e que é necessário para o funcionamento tomar decisões importantes dentro do quadro de recursos humanos. Pediu a compreensão de todas por não poder participar da reunião no dia seguinte, pois estará viajando para a apresentação do relatório brasileiro da situação de direitos humanos na convenção das Nações Unidas. Dando continuidade a 8ª Reunião Plenária do CNDH a Vice-presidente **Ivana Farina (CNPQ)** fez a memória das reuniões das comissões que trataram das resoluções que normatizam o processamento de representações ou denúncias de violações aos direitos humanos no âmbito do conselho e a outra do processo apuratório de condutas de cidadãos perpetradores de violações de direitos humanos. A primeira comissão teve uma reunião virtual com a presença da conselheira Dirlene, da coordenadora Maria Gutenara e da assessoria jurídica da Secretaria e da própria Doutora Ivana. Em seguida, leu a resolução que dispõe sobre o recebimento, processamento de representações ou



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

denúncias de situações contrárias aos direitos humanos, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, o CNDH. Os conselheiros foram apresentando destaques à medida que o texto era apresentado. A minuta da resolução foi sendo modificada durante a reunião plenária a partir do consenso dos destaques aprovados pelos conselheiros. Em seguida a conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)** lembrou o informe sobre os centros de referência em direitos humanos e solicitou que fosse incluída na pauta do dia seguinte. A Vice-presidente do CNDH encerrou então o primeiro dia da 8ª Reunião Plenária. A Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPB)** iniciou o segundo dia da 8ª Reunião Ordinária, realizada no dia 21 de agosto de 2015, colocando para análise o ponto de pauta que trata da proposta de resolução que dispõe sobre o processo apuratório de condutas e situações contrárias aos direitos humanos e aplicações de sanções no âmbito do CNDH. Começou então a leitura da proposta de resolução. Da mesma forma que no dia anterior, os conselheiros foram apresentando destaques à medida que o texto era apresentado. A minuta da resolução foi sendo modificada durante a reunião plenária a partir do consenso dos destaques e aprovada pelos conselheiros. A conselheira **Maria Madalena (FBASD)** disse que a resolução aprovada é bastante técnica e traz as orientações básicas e de média complexidade para o encaminhamento das ações do Conselho. Sugeriu então a elaboração de uma cartilha com uma linguagem mais acessível para os cidadãos e as instituições. Dando continuidade à pauta do Conselho, a Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPB)** passou a palavra ao conselheiro Cristian Ribas para fazer a apresentação dos representantes da SEPPIR e da SNJ que irão falar sobre a violência contra a juventude negra. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** agradeceu a atenção da Mesa Diretora em relação à relevância do tema, que dentro do movimento negro é entendido como o genocídio da juventude negra. Disse que o processo de substituição do regime escravocrata foi acompanhado por um processo de total ausência de política de reparação e inclusão dessa parcela da população. Disse que existe uma pesquisa de um professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, feita com mais de três mil policiais, onde os agentes de segurança pública reconhecem que eles priorizam jovens negros na abordagem policial. A pesquisa mostra também que a morte de um jovem negro sensibiliza menos do que a morte de um jovem branco. Em seguida, passou a palavra para a Secretária da SNJ **Ângela Guimarães (SNJ)** que saudou as pessoas presentes. Disse que o CONJUVE vem buscando diálogo e de parcerias com os diversos conselhos nacionais, como o CONANDA em articulação contra a aprovação da PEC 171. O representante da SEPPIR **Lindivaldo Junior (SEPPIR)** agradeceu o convite do CNDH. Disse que o programa Juventude Viva e a SEPPIR tem o seu foco na compreensão da dimensão do problema racial no enfrentamento à violência. Relatou que o Movimento Negro Unificado teve como fato marcante em sua fundação, a morte de um jovem trabalhador, feirante, pela polícia de São Paulo em 1978. Disse que o movimento negro faz essa denúncia há mais de 30 anos e que agora o Estado brasileiro assumiu que o problema é um problema racial. Porém, não conseguiram ainda ter soluções para tratar essa questão. A Secretária **Ângela Guimarães (SNJ)** apresentou os dados sobre a violência que mostram que há um recorte de raça, gênero e território no número de homicídios e em seguida o programa Juventude Viva. O representante **Lindivaldo Junior (SEPPIR)** disse que o movimento negro tem discutido a importância dos programas sociais do Brasil e o quanto que ele conseguiu tirar a



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

730 população da situação de pobreza, porém, não conseguiu tratar as questões da
731 mortalidade dessa mesma juventude. A secretária **Ângela Guimarães (SNJ)** disse que
732 um jovem negro é assassinado a cada duas horas e o que chama a atenção é a falta de
733 clamor em relação a esse numero. Além disso, há o super encarceramento que o Brasil
734 já vive, onde somos a quarta população carcerária do mundo. Para o estado brasileiro, o
735 tema da morte dos jovens negros não era um tema até 2012, nem era a bandeira dos
736 movimentos de esquerda ou sindicais e que a inclusão desse tema na pauta
737 governamental é o resultado de anos de luta dos movimentos. Disse que um dos
738 desafios do programa Juventude Viva é localizar o perfil dos jovens nesses territórios
739 para fazer com que as ações cheguem até eles e que para chegar nesses territórios é
740 necessário um trabalho intenso, já que, via de regra, o Estado está estruturado para
741 chegar onde as coisas mais ou menos funcionam e nesses territórios há uma ausência
742 absoluta do estado. O conselheiro **Lindivaldo Junior (SEPIR)** reconheceu a
743 importância da CPI da Câmara que tratou da questão do extermínio da juventude negra,
744 que foi o resultado da articulação do movimento social negro e o movimento de
745 juventude com o Congresso Nacional. Reconheceu o papel do Deputado Reginaldo
746 Lopes no enfrentamento da discussão. A CPI propôs a criação de um Plano Nacional de
747 Enfrentamento ao Homicídio de Jovens, tornar inadimplente os municípios que
748 deixarem de aplicar a Lei 10.639/2003, que versa sobre a educação da cultura africana
749 nas escolas. A CPI propõe separar a perícia oficial de natureza criminal das polícias
750 civis e federal e instituir a polícia criminal como órgão de segurança pública. Falou que
751 o Senado também está propondo um trabalho sobre os homicídios, na qual o CNPIR e o
752 CONJUVE irão acompanhar. A Secretária **Ângela Guimarães (SNJ)** falou que a atual
753 fase do Juventude Viva está em consonância com a construção que o Ministério da
754 Justiça vem fazendo de um pacto nacional pela redução de homicídios, pois os objetivos
755 se assemelham e pode ir mais além pelas competências institucionais que o Ministério
756 da Justiça tem. A Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPJ)** agradeceu a
757 participação dos convidados e disse que o Conselho Nacional dos Direitos Humanos,
758 tem o dever de não só ter o conhecimento da gravidade do tema, como também de
759 desenvolver ações de combate à violência que são inerentes a promoção dos direitos
760 humanos. A conselheira **Vera Paiva (CFP)** agradeceu a presença dos convidados e
761 disse que a proposta do conselheiro Cristian seria a publicação de uma moção de apoio
762 ao relatório da CPI. Lamentou a ausência da conselheira da magistratura que tinha
763 apresentado dúvidas sobre a necessidade da moção e do conteúdo dessa moção. Disse
764 que a introdução desse tema no conselho não é fácil e que é colega da pesquisadora
765 Cida Bento no CFP que trabalha com o conceito da branquitude e o poder. E que o
766 home branco hétero raramente entende e compreende o tamanho da opressão, o
767 tamanho da violência simbólica e concreta que determinados grupos sofrem. Disse que
768 o núcleo de estudos da USP, desde a época da epidemia da AIDS, com o apoio da
769 pesquisadora Fernanda Lopes levantou o impacto da cor na questão de acesso à saúde,
770 do racismo institucional. Pediu para que fosse disponibilizado o arquivo com a
771 apresentação, por conter dados extremamente interessantes para pautar o debate, que
772 poderão ser utilizados em outros momentos. Recomendou aos conselheiros fazerem o
773 esforço na direção de formação pessoal sobre o tema. Disse que o Conselho Federal de
774 Psicologia assumiu como uma das questões prioritárias a violência de estado, tortura e
775 ditadura, o uso e abuso de drogas, onde quem é mais penalizado, afetado, são os negros.



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

776 Relatou que a questão LGBT também é uma questão importante uma vez que o grau de
777 violência simbólica e física que ela recebe, até dentro do movimento LGBT, quando é
778 negra, é enorme. Informou que o CFP vai participar da convocatória da Marcha das
779 Mulheres Negras que irá ser realizada em novembro. Propôs que o CNDH se programe
780 para colher a Marcha e como irá pautar transversalmente os outros temas nessa Marcha.
781 Convidou os conselheiros que tiverem pouca formação sobre o preconceito racial a
782 acessarem o debate que está on-line no site do CFP, tendo como convidadas a
783 presidente do movimento Mães de Maio, representantes dos movimentos de mulheres
784 negras e o convidado Professor Walter da Universidade Federal da Bahia. Ressaltou que
785 o massacre de Osasco tem cor e sugeriu que se fizesse a próxima reunião do Conselho
786 em São Paulo. Para finalizar, disse que a retirada da questão de gênero foi um
787 retrocesso, mas todos deviam entender que foi o possível se construir no debate político,
788 no momento, na conjuntura e que o Conselho deveria sempre incorporar nos debates
789 que qualquer violência de direitos humanos tem cor, como também tem a questão étnica
790 dos indígenas. **O conselheiro Aurélio Rios (PGR)** agradeceu a presença dos
791 convidados e agradeceu ao conselheiro Cristian por sempre lembrar que existe racismo
792 institucional, que a violência no Brasil tem cor. Disse que o conselho deve superar a
793 questão de como tratar os casos de violência, pois as notas de apoio ou de repúdio,
794 infelizmente têm se mostrado ineficazes, em razão da gravidade e da forma estruturada
795 como se dá essa violência. Então o CNDH deveria pensar na estruturação de uma
796 equipe que tenha uma visão própria pra atuar nesses casos. Disse que existe um
797 problema gravíssimo no sistema de justiça que impacta tremendamente o sistema
798 prisional, pois praticamente a metade da população carcerária está presa por tráfico ou
799 crimes associados ao tráfico e por outro lado, grande parte dos homicidas no Brasil não
800 está presa, nem denunciada, não foi ou não será investigada. Sugeriu que o Conselho
801 inclua a questão do extermínio da juventude como o principal ponto da comissão de
802 segurança pública, para que se possa ter uma articulação permanente com o Ministério
803 da Justiça, com o Conselho Nacional de Justiça, com o CNMP para que se atue com
804 medidas estruturantes, na ideia de que nenhum órgão público sozinho será capaz de dar
805 conta da questão dos grupos de extermínio. A Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina**
806 **(CNPJ)** colocou em pauta o projeto João Cidadão do CNMP, na qual teve o
807 conhecimento no lançamento do projeto em um evento no Conselho Nacional do
808 Ministério Público. Disse que ao final do lançamento do projeto, O CNMP convidou o
809 CNDH a participar de uma parceria para o lançamento de uma pesquisa da percepção
810 dos jovens sobre direitos humanos no Brasil. A ideia é que essa pesquisa envolva a rede
811 pública de ensino. A parceria não envolveria custos e sim a orientação da elaboração da
812 pesquisa, com os devidos recortes, com as temáticas. O CNMP adiantou que irá buscar
813 uma parceria com o Ministério da Educação. Em seguida, mostrou a campanha de
814 direitos humanos do CNMP João Cidadão que trata do acesso aos direitos humanos. O
815 conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** colocou à disposição a parceria da Secretaria de
816 Assuntos Legislativos do MJ, que possui acordo com o IPEA e com o PNUD em um
817 projeto chamado Pensando Direito. A conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)**
818 elogiou a iniciativa do CNMP e que essa parceria dará também mais visibilidade ao
819 próprio Conselho. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** também elogiou a
820 iniciativa e sugeriu que o Conselho possa fazer uma participação qualificada sobre a
821 concepção dessa pesquisa, sobre os recortes. Relatou o evento que está sendo construído



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

junto com a UNICEF que é o Encontro Nacional de Adolescentes Negros e Negras, previsto para ser realizado em novembro. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** colocar-se a disposição pra contribuir na discussão da metodologia, na organização e estruturação dessa pesquisa. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** ressaltou a importância da parceria com o IPEA nessa pesquisa. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA-BRASIL)** sugeriu a articulação com o sindicato dos professores para atingir o universo da juventude. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** sugeriu que se faça contato também com o Ministério da Saúde, em função da juventude que não está nas escolas, mas acessam os postos de saúde e as entradas do SUS. Após a apresentação do projeto do CNMP, a Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPB)** deu início a discussão da pauta que trata da criação das comissões do CNDH. A conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)** ressaltou a importância do debate realizado, e do seu lugar de fala como mulher parda e jovem e que tem afinidade por muitos motivos com a temática racial. Trouxe algumas ponderações quanto ao método do debate, pois não houve a presença de representantes dos movimentos sociais e que haveria inclusive muitas críticas ao Juventude Viva. Partes das críticas vêm do fato de não ter sido efetiva, pois não foi enfrentado com políticas públicas, sendo uma questão estrutural do capitalismo brasileiro. O capitalismo no Brasil é racista. Disse acreditar que os casos das mortes e da violência devem ser tratados transversalmente, como à naturalização da violência e a diferença de tratamento pela mídia entre mortes de brancos e negros, a questão da guerra às drogas e o sistema penitenciário. O conselheiro **Cristian Ribas (Enegrecer)** disse que a intenção era trazer outros atores da sociedade civil para participarem do debate, mas não foi possível viabilizar. Disse que objetivo não era a prestação de contas da SNJ e SEPIR, mas para trazer uma síntese dos dados sobre a violência e o relatório da CPI da violência contra os jovens negros, na qual as instituições acompanharam. O conselheiro **Pedro Saldanha (MRE)** agradeceu a oportunidade que foi dada ao Conselho de conhecer o programa Juventude Viva. Disse que o Brasil é constantemente cobrado internacionalmente sobre a questão da violência contra a juventude negra no Brasil. Ressaltou que o Brasil está em uma terceira fase do enfrentamento desse problema. Antigamente o Brasil negava a existência do problema, hoje o Brasil já reconhece que existe a violência contra a juventude negra no Brasil e agora passou para a fase do combate a essa violência. Acredita que será um processo longo, mas que hoje como representante do MRE se sente mais tranquilo em participar dos fóruns internacionais e falar que o Brasil está tomando ações efetivas. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** disse que as políticas implementadas estão sendo ineficazes e que não se sente tranquila. Criticou também a ausência de representantes da sociedade civil sobre o tema da violência da juventude negra e que acha que foi precarizada a discussão. Disse que o Conselho não deve ficar restrito às ações que o governo faz e que está sendo ineficaz. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** disse que o relatório da CPI do extermínio da Juventude Negra deve servir de subsídio para as comissões que transversalmente irão tratar da questão do racismo. A Coordenadora Geral do CNDH **Maria Gutenara (CNDH-SDH/PR)**, em relação aos convidados para o debate, disse que, já que teriam mudanças no Regimento Interno do CNDH, poderiam pensar na questão dos convites, para não ser necessário esperar cada plenária para decidir quem serão convidados para as reuniões, sugeriu deixar a cargo da Secretaria Executiva ou deixar a cargo da Mesa Diretora. Disse que as pessoas que foram propostas dos



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

movimentos sociais não eram moradoras de Brasília e que então depende do limite da emissão de passagens do Conselho. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA BRASIL)** disse que o encaminhamento que o Conselho deveria realizar seria a construção da Comissão e que esse tema seja prioritário no debate. Disse que toda reunião plenária é pautada uma nova chacina e as comissões não são formadas. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** falou das ações do MJ no trâmite do projeto de lei dos Autos de Resistência. Disse que já conversou com a Secretária Nacional de Segurança Pública para que apresente ao Conselho previamente os dados sobre o pacto de redução dos homicídios e que oitenta e poucos municípios concentram quase cinquenta por cento da curva de mortalidade, a maioria deles na região Nordeste. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA-BRASIL)** pediu que registrasse a proposta da criação da Comissão. O conselheiro **Leonildo José (MNPR)** disse que a Comissão de Segurança tem que tratar a questão dos jovens negros em situação de rua, e que essa população não foi citada na CPI e em outras comissões. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** disse que não teve tempo de ler o relatório da CPI e que infelizmente os conselheiros terão que priorizar os documentos, já que existem os relatórios, a ata e demais documentos enviados, além do trabalho diário. A conselheira **Ivana Farina (CNPGE)** disse que ficou clara a necessidade do Conselho direcionar esse assunto para a comissão e trazer o relatório como o primeiro subsídio desta comissão que será formada. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA-BRASIL)** lembrou o processo da eleição dos conselheiros da sociedade civil na escolha do conselheiro Cristian que não era militante no meio das organizações dos direitos humanos, e que foi graças ao empenho do conselheiro Cristian que esse tema foi trazido. Enfatizou que a presença de determinados sujeitos entre os conselheiros faz uma diferença fundamental no funcionamento do CNDH, na formação das comissões, nas oitivas e que esse tema está além da partidização. A Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPGE)** informou ao conselheiro Cristian que o assunto estava chegando a uma conclusão, para seguir com o debate sobre as comissões. Disse que tinha uma questão preliminar que era sobre o relatório da CPI da Câmara e que no seu entender teria ficado prejudicada, porque seria concluída com o encaminhamento de criação da comissão e a utilização do relatório como subsídio, perguntou se o conselheiro concorda com esse encaminhamento. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** respondeu que estava de acordo. Disse que o Conselho tem condição nessa reunião, ao contrário de outras reuniões, de fazer uma discussão qualificada sobre a questão de orçamento, que depende de fazer uma cobrança firme à SDH. Disse que o Conselho precisa ter clareza sobre o funcionamento das comissões. Defendeu a inversão do ponto de pauta, tratando da questão do planejamento estratégico. A conselheira **Maria Madalena (FBASD)** defendeu que primeiro se fizesse um planejamento de ações, ver qual o volume de recursos necessários e cobrar o orçamento. **Leandro Scalabrin (MAB)** disse que não adiantaria criar comissão se não se soubesse quantas missões poderiam ser viabilizadas por questões orçamentárias. O conselheiro **Carlos Magno (ABGLT)** sugeriu também a inversão na ordem da pauta. Disse que o planejamento é central, pois o planejamento incorpora tanto o orçamento, quanto as comissões. Sugeriu a definição de uma data para o planejamento e como seria viabilizada, se teria o apoio de uma consultoria. A Vice-presidente **Ivana Farina (CNPGE)** disse que a SDH informou que ainda não havia uma indicação orçamentária, que estavam aguardando a aprovação da LOA e até então não havia direcionamento



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

914 dessas verbas. A Coordenadora Geral do CNDH **Maria Gutenara (CNDH/SDH-PR)**
 915 disse que a SDH tinha uma consultoria que fez o planejamento estratégico da SDH e
 916 que houve um aproveitamento da consultoria para o planejamento estratégico de alguns
 917 conselhos como o CONANDA e o CNPCT, mas que o contrato com a consultora foi
 918 finalizado. Sugeriu que o momento da reunião fosse para a discussão, de colocar pontos
 919 prioritários para apresentar ao presidente do CNDH e a Mesa Diretora, para depois se
 920 questionar o que se tem de orçamento. Além disso, o Conselho poderia pensar em
 921 algumas prioridades do CNDH para longo prazo, como por exemplo, em como que o
 922 CNDH vai se tornar uma INDH. A vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPNG)**
 923 sugeriu que a Mesa Diretora consiga uma agenda com a SDH para tratar da questão
 924 orçamentária e da estrutura do CNDH, para saber qual o tamanho possível das
 925 comissões e das missões, mas que não exclui o planejamento estratégico para o
 926 funcionamento das comissões e das prioridades. O conselheiro **Everaldo Patriota**
 927 **(OAB)** disse que a Mesa Diretora deveria construir uma proposta orçamentária para
 928 2016, o quanto que será disponibilizado na rubrica do CNDH e lembrou a proximidade
 929 do final do ano de 2015. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA-BRASIL)** disse que a
 930 questão orçamentária passa também pela análise da política econômica pelo Conselho,
 931 pois as medidas não podem violar os direitos humanos de forma massiva, como a
 932 promoção do aumento do desemprego. Sugeriu que fosse feita uma rodada de
 933 discussões, para o preparo de uma metodologia, para que o trabalho de construção das
 934 comissões e do planejamento estratégico fosse tratado em um uma reunião de um dia
 935 inteiro, em outra data. Além disso, sugeriu que as comissões pudessem ter também o
 936 apoio de outros ministérios que fizerem parte das comissões, como o MJ e o MDS. A
 937 conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** disse que é importante cobrar com clareza o
 938 orçamento para a SDH. Disse que o Conselho, este ano, tem trabalhado com as questões
 939 emergenciais. Sugeriu que a Mesa Diretora apresentasse uma proposta inicial de
 940 planejamento estratégico e que o Conselho deveria discutir o funcionamento das
 941 comissões, da condição de trabalho, pois a missão à Belo Monte foi viabilizada porque
 942 a Plataforma Dhesca forneceu as passagens para alguns integrantes. O conselheiro
 943 **Cristian Ribas (ENEGRECER)** disse que seria mais estratégico saber o que o
 944 Conselho vai precisar de recursos para o funcionamento das nove Comissões. Disse que
 945 o caminho é que o Conselho termine a reunião com os encaminhamentos concretos
 946 sobre o funcionamento das comissões construídas, que precisam ser efetivadas. O
 947 conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** disse que em termos de Poder Público, no
 948 momento atual brasileiro é difícil ter uma ideia concreta do orçamento. Disse que o que
 949 a DPU tem feito com sucesso é ocupar os espaços, fazer as coisas, elaborar e depois
 950 brigar pelos recursos. Assim, de alguma forma em boa parte delas o orçamento acaba
 951 aparecendo. Disse que as comissões poderiam ser instaladas, elaborarem um plano de
 952 trabalho mínimo, independentemente de termos uma ideia clara do orçamento e brigar
 953 para que a Secretaria de Direitos Humanos viabilize as ações que o Conselho tenha que
 954 realizar. A Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPNG)** lembrou que o CDDPH
 955 foi criado em 1964, e que não havia definição de orçamento em lei, mas mesmo assim
 956 as diversas comissões foram criadas e puderam realizar seus trabalhos e que a regra é
 957 que a SDH tem custeado as missões. Apresentou então como proposta que a Mesa
 958 Diretora teria como incumbência verificar o orçamento do CNDH junto à SDH e a
 959 definição de um dia para tratar do funcionamento das Comissões. O conselheiro



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

960 **Gabriel Sampaio (MJ)** disse que por mais que se faça uma discussão metódica sobre
961 os gastos necessários para o funcionamento do Conselho, é uma variável que oscila
962 bastante durante o tempo. Disse achar fundamental que cada comissão faça um
963 planejamento ainda desapegado de alguns detalhes orçamentários. Posteriormente, se
964 pode pensar em formas criativas de execução do trabalho. O conselheiro **Leonildo**
965 ressaltou a importância de se efetivar o funcionamento das Comissões. A conselheira
966 **Helena Barreto (INTERVOZES)** concordou com os conselheiros Gabriel e Leonildo e
967 que todos e todas somos cobrados permanentemente por uma maior efetividade e uma
968 maior celeridade nas ações. O conselheiro **Paulo Maldos (SDH/PR)** defendeu que
969 fossem validadas as comissões ou as ampliasse nesta reunião e que as comissões
970 iniciassem seus trabalhos no sentido de definir seus planos de trabalho. No caso do
971 orçamento, defendeu que, paralelamente, a Mesa Diretora viria extraordinariamente
972 para uma reunião com o Gabinete do Ministro, no sentido de apresentar o caráter
973 especial do CNDH, como uma instituição de Estado sediada na SDH, mas que existe
974 uma demanda por sua governabilidade sobre o orçamento próprio. A Mesa Diretora
975 poderia ver também a possibilidade de abrir a interlocução com outros fundos, outros
976 ministérios para garantir essa governabilidade. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA-**
977 **BRASIL)** defendeu que seria mais apropriado inicialmente fazer um planejamento
978 estratégico, mas que pelos encaminhamentos, a questão da efetivação das comissões
979 estaria sendo prioritária. Disse que estaria de acordo com a Mesa Diretora, mas que era
980 necessário que o Conselho não perdesse de vista o planejamento estratégico, que já
981 tinha sido pensado desde março de 2015. A Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina**
982 **(CNPB)** fez a leitura das propostas das Comissões e abriu a palavra aos conselheiros
983 para as suas considerações. Os conselheiros analisaram as propostas das comissões na
984 qual fizeram alterações dos seus membros e dos nomes, de acordo com as sugestões que
985 foram acatadas. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** lembrou que no próprio
986 regimento está definido que as comissões serão constituídas pelo plenário e poderão ser
987 constituídas por conselheiros e conselheiras, titulares e suplentes do CNDH, por
988 representantes da sociedade civil e dos órgãos públicos, por profissionais, por pessoas
989 residentes na área investigada, podendo inclusive, titular e suplente estarem na mesma
990 comissão. Ao final dos debates foram reafirmadas as comissões: comissão de direito à
991 cidade, comissão direito humano à alimentação adequada, defensores dos direitos
992 humanos e enfrentamento da criminalização dos movimentos sociais, comissão da
993 população em situações de privação de liberdade, comissões direito à comunicação e
994 liberdade de expressão, comissão direitos dos povos indígenas e quilombolas e
995 comunidades tradicionais e atingidos por grandes empreendimentos, Comissão de
996 Direitos Humanos e Segurança Pública e Comissão dos Direitos da População em
997 Situação de Rua. Foi em seguida, deliberado que na próxima reunião plenária, no dia 10
998 de setembro, os conselheiros presentes nas comissões iriam reunir-se para a elaboração
999 das resoluções que criam cada uma das comissões. Em seguida o conselho deliberou
1000 que no dia 11 de setembro o Conselho se reuniria extraordinariamente para a análise de
1001 alterações no Regimento Interno nos pontos referentes ao pedido de vista, emissão de
1002 convites, nomeação do secretário executivo e quórum regimental. A Vice-presidente do
1003 CNDH **Ivana Farina (CNPB)** leu a mensagem enviada pelo Vice-presidente do
1004 CONANDA, na qual convida o CNDH para um evento conjunto em São Paulo para
1005 tratar do tema sobre a chacina em Osasco/Barueri. A Coordenadora Geral **Maria**



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Gutenara (CNDH-SDH/PR) salientou que o convite é um indicativo, pois o CNDH não recebeu esse convite formalmente, e que então seria uma proposta individual do Vice-presidente do CONANDA e não uma proposta do Conselho. A Vice Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNP)** disse que o conselheiro ia deliberar pela sua Mesa Diretora a confirmação dessa reunião e se confirmada, gostaria que o CNDH fosse. Então, caso o convite se confirmasse a Plenária deliberou que o conselheiro Cristian Ribas participaria. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA-BRASIL)** apresentou o informe sobre o júri que ocorrerá na Paraíba. A conselheira **Ivana Farina (CNP)** disse que, em relação ao júri que ocorrerá na Paraíba, no dia 27 de agosto, o conselheiro Aurélio Rios indicou o conselheiro Luciano Mariz Maia pra acompanhar o júri que trata de trabalhadores rurais que foram presos no início dos anos 2000, acusados de um assassinato. A Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNP)** apresentou um fato trazido pelo Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de Pernambuco que fez uma vistoria no presídio de Santa Cruz do Capibaribe. Durante a visita os integrantes do Mecanismo permaneceram acompanhados por um agente de Segurança Penitenciária. Esse agente se apresentou para eles como Eduardo, e durante toda a visita em tom de deboche ele proferiu a frase hostilizando o trabalho realizado pelos defensores de direitos humanos por exemplo “se algum dia um agente foi demitido por algum relatório do povo de direitos humanos é nesse dia que vão começar a matar tudinho”. “Os agentes deveriam parar de sair pra matar bandido e começar a matar esse povo de direitos humanos”. “Vocês defendem bandidos porque nunca nenhum deles pegou vocês e estuprou”. “Bolsonaro deveria ser presidente para poder liberar matar bandido”. “O povo que trabalha com Direitos Humanos faz trabalho de gente besta”. Passaram toda a visita escutando essas frases, inclusive tratando cordialmente o referido agente. Em certo momento o dito agente de segurança penitenciária começou a referir-se a Maria Clara que é uma integrante do Mecanismo, que é transexual, de José, negando sua transexualidade de maneira homofóbica. Prontamente, foi explicado que o seu nome social era Maria Clara de Cena, e que deveria chama-la dessa forma. De imediato em tom de deboche ele pediu desculpa com risos. Esse mesmo agente voltou e voltou a insistir que ela deveria ser chamada de José e não de Maria Clara, prontamente o Mecanismo respondeu informando que o mesmo deveria respeitar a identidade de gênero dela no momento em que começou a usar palavras de baixo calão. Partiu para agredi-la fisicamente dizendo “eu vou quebrar esse viado”. Destravou a pistola, sacou a arma e disse “vou dar um tiro agora nesse viado preto”. Estavam presentes os agentes que se chamavam sucessivamente Nivaldo e Allan, o primeiro tentou acalmá-lo E pediu para que guardasse a arma. Mesmo diante dos colegas Pedindo calma, o mesmo continuou querendo sair da unidade aos gritos falando “eu vou matar esse viado preto, onde encontrar esse viado vou dar um tiro na cara dele”. Em seguida o agente Ricardo, que inicialmente tinha se identificado como Eduardo, destravou a sua pistola e tentou ir atrás das duas integrantes que haviam saído do interior do presídio, sendo mais uma vez contido pelo chefe de plantão. Saíram da unidade sobre a mira da arma apontada pelo agente que identificou se como Eduardo. O senhor Nivaldo Manoel chefe de plantão naquele momento responsável imediato pela Unidade orientou a saída das integrantes do Mecanismo na viatura da secretaria executiva de ressocialização, pois o motorista que conduziu à equipe do mecanismo havia saído para almoçar. Solicitaram ao agente de segurança penitenciária que conduzia a viatura que os deixasse no centro da moda de



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Santa Cruz do Capibaribe para ligarem para alguém da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Ressaltaram que as integrantes do Mecanismo saíram ameaçadas por um servidor público portando uma pistola ponto 40 que pertence ao estado de Pernambuco. A nota redigida pelo Mecanismo foi encaminhada à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos informando as ameaças e tentativa de homicídio por parte do citado servidor público, solicitando as providências cabíveis. A Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPB)** colocou-se à disposição para fazer todos os contatos com autoridades estaduais e trazer na próxima reunião do Conselho a situação do caso e que, dependendo dos desdobramentos, será o primeiro caso que o colegiado vá apresentar sanção, pois o agente deveria ser imediatamente afastado do cargo. O conselheiro **Paulo Maldos (SDH/PR)** sugeriu que na próxima reunião do Conselho, o Mecanismo faça uma apresentação do seu funcionamento e de suas atribuições. Informou em seguida que foi emitida uma nota do sindicato ou da associação dos agentes em defesa do agente penitenciário. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** relatou que em Curitiba, a Segurança Pública do Estado e do Município têm realizado ações de violência contra a população de rua. Disse que tem enfrentado essa situação de frente e que por isso tem sofrido ameaças. Disse que um médico fez um dossiê, colocou fotos dele e apresentou ao Ministério Público. Disse que em nenhum momento tem se apresentado como conselheiro nacional dos direitos humanos, pois não possui nenhum documento, uma carteirinha para mostrar. Solicitou que o CNDH faça alguma ação com a Segurança Pública de Curitiba e do estado do Paraná, de forma a coibir as ações de violência. A conselheira **Ivana Farina (CNPB)** disse que os representantes do Conselho desempenham muitas atividades nas localidades que não são na representação do Conselho. Perguntou se as agressões relatadas já teriam sido levadas ao Ministério Público Estadual. O Conselheiro Leonildo respondeu que já levou o fato ao Ministério Público Estadual, porém nada foi feito. A conselheira **Ivana Farina (CNPB)** sugeriu que a Comissão criada promova uma diligência em que o Conselho requisiute das autoridades a tomada de posição sobre esses casos reiterados que foram narrados. A Coordenadora Geral do CNDH **Maria Gutenara (CNDH-SDH/PR)** disse que a questão da identificação teriam dois problemas: o primeiro é que existem denúncias de pessoas usando carteirinhas em nome dos direitos humanos pra fazer violação de direitos humanos, o segundo seria uma questão política e conceitual de se pensar a questão da sociedade brasileira que usa o instrumento da “carteirada” para ter tratamento diferenciado. A conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)** disse que existem situações, como por exemplo, ordens de despejo em que a presença de um defensor de direitos humanos enquanto conselheiro do CNDH pode evitar essa violação e que quando foi ao Congresso Nacional, durante a votação da PEC 171 e falou que era do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, foi totalmente ignorada, por falta de identificação. Disse não concordar com a desconfiança do uso da carteira, pois a discussão seria outra, uma identificação poderia dar legitimidade para chegar perto de um policial na hora que estivesse havendo uma violação. A conselheira **Maria Madalena (FBASD)** disse que a identificação é fundamental e que os conselheiros que vem do poder público já se apresentam com suas identificações institucionais. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** ressaltou que o exercício da função de conselheiro do CNDH constitui-se um serviço de relevante interesse público, conforme descrito em lei. Por isso, seria uma questão de segurança no desempenho desses relevantes serviços



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

públicos ter uma identificação e que o uso indevido de uma identificação caso ocorra, deve ser punido e será punido. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** disse que pensa na questão da identificação toda vez que precisa se identificar para vir a Plenária e que muitas vezes uma identificação, como no caso relatado pelo conselheiro Leonildo, pode desencorajar o lapso que seria cometido se não tivessem identificação. A conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)** sugeriu que essa discussão pudesse ser trazida novamente em outro momento e apresentou a questão dos centros de referência. Disse que no atual processo de contingenciamento de recursos, as políticas na área de direitos humanos também estão sofrendo perdas. Então estaria havendo um risco de fechamento de centros de referências em direitos humanos que são instituições que trabalham tanto com a produção de pesquisas, como intervindo diretamente, garantindo assessoria jurídica para quem está sofrendo violações. Vários conselheiros foram procurados pelos centros que manifestaram a preocupação da não renovação dos convênios. Disse que elaborou uma nota que conta a situação dos centros, fala da de como é que eles funcionam e pede o apoio do Conselho na defesa da manutenção dos recursos na proposta orçamentária. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** disse que seria importante que viesse algum centro de referência de direitos humanos à Plenária para que os conselheiros conhecessem o modelo usado de atendimento. Disse que a população de rua tem muita dificuldade em acessar esses centros de referência em algumas cidades. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA-BRASIL)** disse que foi procurado na semana anterior pelo Centro referência do Paraná, que também estão preocupados, pois os recursos irão acabar no mês de outubro e não haverá a possibilidade de continuidade desse centro. A conselheira **Ivana Farina (CNPGE)** disse que também foi provocada pelo Centro de Referência da Paraíba que atuou diretamente no caso Manoel Mattos. O conselheiro **Paulo Maldos (SDH)** disse que recebeu três representantes do Centro de Referência do Rio Grande do Norte e que posteriormente teve uma reunião com o senador Paulo Paim e com a senadora Fatima Bezerra, do Rio Grande do Norte. O que ficou acordado é tentar garantir a manutenção do convênio até junho de 2016. Disse que o Ex-Ministro Gilberto Carvalho já sinalizou o interesse do Sesi em patrocinar os Centros de Referência, via Centro de Atenção a Socialização Positiva. Quanto aos próximos convênios, a SDH está rediscutindo o desenho dos centros que atenda a população de rua. A orientação é para que os convênios tenham um prazo maior, para não terem que ser renovados a cada ano e também tencionar o Poder Público local pra assumir os centros. Disse que teve uma reunião com o governador do Piauí para a construção de um centro em Teresina, a prefeitura entraria com a manutenção e a SDH com as políticas. A conselheira **Ivana Farina (CNPGE)** sugeriu que a nota fosse ponto de pauta para a próxima plenária. Sendo acatada pelos Conselheiros. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** disse que possivelmente não seria mais conselheiro do CNDH na próxima reunião plenária, pois está sendo deslocado para outro país. Em seguida, apresentou sua preocupação com a questão das audiências de custódia. Segundo o conselheiro, alguns setores do judiciário têm feito propostas não contra o projeto, mas que na verdade esvaziam o projeto. Uma delas seria a possibilidade da convocação da audiência de custódia ficar a critério do juiz, podendo ser em um período que não seja exatamente em 24 horas. A sua segunda preocupação é que há um recurso que está sendo jugado pelo supremo, que trata dos embargos de declaração da União que são usados para resolver uma omissão, uma contradição em



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1144 uma conclusão. Colocou como exemplo a questão da saúde em que prevalece o
1145 princípio da solidariedade, se há um problema de fornecimento de medicamento, é
1146 possível demandar o município ou estado ou a união. A partir do recurso de embargo de
1147 declaração há uma possibilidade que a questão da solidariedade seja revisto. Disse que
1148 se esse princípio cair ocorrerá uma calamidade, pois muitos municípios não tem como
1149 arcar com essas decisões. Finalmente a vice Presidente **Ivana Farina (CNPG)**
1150 agradeceu a presença de todas e todos e deu por encerrada a 8ª Reunião Ordinária do
1151 CDDPH.